

35º Encontro Anual da Anpocs
GT 22 Migrações internacionais: interações entre estados,
poderes e agentes

Refugiados ciganos no Canadá: narrativas contestadas, fluxos transnacionais e
construções identitárias na diáspora

Mirian Alves de Souza¹

A concessão de refúgio a pessoas oriundas de países do Leste Europeu, como Hungria, República Checa e Eslováquia, tornou-se relativamente impertinente para o governo canadense com o fim do comunismo e consequente democratização desses estados. Apesar disso, ciganos do Leste Europeu que chegam ao Canadá reclamam por refúgio baseados no argumento de que são perseguidos por grupos nacionalistas. O processo de democratização dos países europeus do antigo bloco comunista tem sido acompanhado pela emergência e possibilidade de existência de partidos e grupos políticos abertamente contrários a incorporação dos ciganos em seus respectivos projetos nacionais. Esses grupos e partidos têm se estruturado a partir de um discurso público que não apenas exclui os ciganos, mas que os responsabilizam por crimes e, de uma maneira mais abrangente, pela decadência social e econômica de cidades e países. Nesse contexto, podem ser observadas notícias de casos de perseguição étnica dirigida aos ciganos por grupos ligados, por exemplo, ao partido Jobbik e ao “Movimento por uma Hungria melhor”, sob o argumento de estarem protegendo tanto a cultura nacional quanto garantindo a segurança da população (Brearley 2001).

No final da década de 1990, o reconhecimento de que os ciganos são perseguidos por grupos como skinheads pelo governo do Canadá², provocou um debate público sobre os ciganos como refugiados ou reclamantes a refúgio no país. Entre 1996 e 1998, 90% de

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia - PPGA/UFF e pesquisadora NUFEP INCT-InEAC/UFF.

² De acordo com a definição canadense, refugiado é uma pessoa que deixou seu país por causa de um fundamentado medo de perseguição (IRB 2009).

ciganos checos e 70% de ciganos húngaros foram aceitos como refugiados (St. Clair 2007). Nos anos seguintes, entretanto, o índice de aprovação dos pedidos diminuiu rapidamente. Em 2000, 70% dos pedidos encaminhados por nacionais da Hungria foram rejeitados (St. Clair 2007; Buttler 2009). A recusa em aceitar esses pedidos nos últimos anos pelo estado canadense tem gerado apelações à Suprema Corte e um debate sobre o reconhecimento dos ciganos como alvo de discriminação e perseguição, ainda que em países democráticos e membros da União Européia. Considerando esse contexto, exploro a construção de identidades ciganas no Canadá, focalizando a produção de narrativas sobre os ciganos na esfera pública. Este paper está organizado da seguinte forma: na primeira parte, contextualizo o trabalho de campo com foco no Roma Community Center (RCC); enquanto, na segunda parte, exploro a produção de uma narrativa política pelo RCC para a identidade Roma no Canadá. Na terceira parte, problematizo o discurso que contesta os ciganos como refugiados, abordando uma das etapas do processo de refúgio: o hearing. Por fim, contraponho o discurso de meus informantes às narrativas políticas, bem como contraponho o universalismo do projeto identitário do RCC à afirmação de identidades plurais por parte dos refugiados que não participam da produção de discursos públicos.

Trabalho de campo no Roma Community Center

Fiz trabalho de campo em outubro e novembro de 2009 e entre março e julho de 2011 no Canadá³. A primeira viagem, em 2009, tinha como objetivo central conhecer o Roma Community Center (RCC), associação dirigida aos ciganos do Leste Europeu que chegam ao Canadá reivindicando status de refugiado, localizada na cidade de Toronto. Em 2011, voltei ao Canadá, mas agora como estudante visitante da University of Western Ontario, em London ON. Quando conheci o RCC constatei que poderia realizar meu trabalho de campo nesta associação porque minha pesquisa foi aceita e porque teria acesso a informantes, instituições e dados da associação. Por exemplo, por causa do meu campo no RCC pude acompanhar os pedidos de refúgio junto ao Immigration and Refugee Board of Canada (IRB)⁴, discutir suas exigências, etapas e questões; ter acesso a profissionais, como tradutor e

3 O trabalho de campo em 2009 foi financiado por uma bolsa de doutorado CNPq e, em 2011, por uma bolsa de doutorado sanduíche da CAPES. Aproveito para observar que os nomes citados no paper sofreram, em alguns casos, modificações.

4 O Immigration and Refugee Board of Canada (IRB) é o maior tribunal administrativo independente do Canadá. Ele é responsável por analisar e decidir sobre os pedidos de refúgio e proteção a reclamantes que chegam ao Canadá, ver

counsel⁵; e conhecer refugiados ciganos de diferentes países do Leste Europeu. Meu primeiro contato com o RCC foi através de seu website⁶. Escrevi um e-mail para o diretor executivo R Clair no qual me apresentava como estudante de doutorado interessada em pesquisar ciganos no Canadá. R Clair respondeu afirmativamente e marcou minha primeira visita, em outubro de 2009. A partir daí, o RCC se tornou um espaço fundamental para a minha pesquisa, sendo a maior parte de meus informantes associada ao RCC⁷.

O RCC foi criado pelo governo de Ontário, em setembro de 1997, em resposta ao grande número de ciganos que começou a chegar no Canadá no final da década de 1990, vindos de países como República Checa, Hungria, Eslováquia, Bulgária, Romênia e ex-Iugoslávia. Desde o fim do comunismo nesses países, é possível observar fluxos migratórios em direção a países da Europa Ocidental, mas também EUA e Canadá. No caso do Canadá, a suspensão da exigência de visto de entrada para cidadãos da República Checa, Hungria e Eslováquia é certamente um fator importante para entender o por que dos ciganos chegarem ao país. Antes do RCC, não encontrei outra organização dirigida especificamente aos ciganos no país, ainda que o Canadá tenha recebido imigrantes ciganos e tenha uma tradição de associações étnicas⁸. Desde sua criação, o RCC oferece aos seus associados esclarecimentos sobre diferentes questões relacionadas à imigração, incluindo pedidos de refúgio; bem como suporte jurídico e serviço de tradução para algumas línguas. Existe apenas uma posição financeiramente remunerada no RCC, o cargo de diretor executivo, ocupado por R Clair desde 1998⁹. Como era tradutor de checo e húngaro no IRB, e conhecia seu funcionamento, R Clair foi convidado a trabalhar no RCC. As demais posições na associação são voluntárias, como os board of directors, escolhidos através de eleição durante o Annual General Meeting¹⁰. Os recursos e fundos do RCC são em grande parte diretamente relacionados a uma

<http://www.irb.gc.ca/eng/pages/index.aspx>

5 O counsel é a pessoa que representa o reclamante no processo de refúgio. Esta pessoa pode ser um “representante autorizado”, que é definido como um membro da família, amigo ou voluntário que colabora sem remuneração. O counsel também pode ser um membro da família, amigo ou voluntário que colabora sem remuneração.

6 Ver <http://www.romatoronto.org/index.html>

7 O RCC é aberto a qualquer pessoa interessada, cabendo aos seus associados o pagamento de uma taxa de dez reais. A minha pesquisa foi bem aceita no contexto do RCC, onde R Clair se mostrou disposto a colaborar, concedendo muitas horas de seu tempo e me informando sobre os eventos que julgava interessantes para minha pesquisa, como as audiências do processo de refúgio no IRB, e as conferências “Canadian Council for Refugees Spring Consultation”, em Hamilton, e “Forced Migration: Human Rights Challenges”, em Montreal.

8 Existem 80.000 ciganos no Canadá (Lee 2000), sendo a origem étnica Gypsy (Roma) oficialmente reconhecida no censo canadense.

9 Em 2009, R Clair era diretor executivo do RCC, mas atualmente, em 2011, ele é “Immigration and Refugee Board Advisor” e counsel.

10 Os “board of directors” representam o RCC no IRB e devem ser em sua maioria ciganos, de acordo com o IRB.

organização chamada Culture Link, mas também recebem doações¹¹.

No RCC tive a oportunidade de ver muitos ciganos sendo atendidos, porque a organização é muito procurada por eles para tratar de diferentes questões, existindo duas demandas principais: primeiro, esclarecimentos sobre o funcionamento da burocracia canadense. Por exemplo, os ciganos querem saber como encaminhar seu pedido de refúgio, quais os documentos e o prazo necessários para fazê-lo. Além de informações sobre o pedido de refúgio, os ciganos buscam se informar sobre benefícios, como welfare; assistência jurídica; pedidos de visto permanente e cidadania, entre outras coisas relacionadas à imigração. Vale observar que no RCC, os ciganos podem ter acesso a essas informações, bem como acesso aos formulários e guias exigidos para o encaminhamento de seus pedidos. A segunda demanda é a tradução para a língua materna. O RCC conta com R Clair, que fala checo e húngaro, e uma relação de tradutores voluntários para o eslovaco, romeno, romani, búlgaro, entre outras línguas. O RCC é bastante procurado por causa desse serviço de tradução, tanto por ciganos com um baixo nível de compreensão do inglês quanto por aqueles que possuem um bom nível, mas que querem se certificar de que estão agindo corretamente em relação aos trâmites de seus pedidos junto ao IRB e apelações à Suprema Corte¹².

O RCC também é procurado por pesquisadores, jornalistas e outros profissionais da mídia que buscam informações sobre os ciganos. Nos jornais existem muitas declarações de R Clair como representante do RCC¹³. Enquanto realizei meu trabalho de campo no RCC, acompanhei R Clair sendo entrevistado por estudantes de cinema que planejam realizar um documentário sobre Gypsy Jazz; e o trabalho de campo da antropóloga Julianna Beaudoin durante o 13 Annual General Meeting do RCC¹⁴. Durante esse encontro anual, observei que

11 O Culture Link é uma organização sem fins lucrativos, criada em 1998, e que trabalha com muitas associações, em sua maioria “ethno-specific” (como o RCC). No andar de um mesmo prédio funcionam várias associações “ethno-specific” (incluindo o RCC) e o Culture Link cujos programas e recursos são especificamente voltados aos recém-chegados ao Canadá. O Culture Link recebe 90% de seus recursos do estado canadense (através do CIC, the Ontario Ministry of Citizenship, Culture and Recreation, the Ontario Ministry of the Attorney General, the United Way of Greater Toronto, Human Resource development Canada, Service Canada, e da cidade de Toronto (Culture Link 2009).

12 Vale observar que quando um recém-chegado ao Canadá não fala inglês, e não consegue encontrar outros meios para se comunicar com os funcionários do IRB, ele pode ser encaminhado a organizações étnicas (como o RCC) nas quais poderá encontrar alguém que fale a sua língua.

13 Ver, por exemplo, em The Toronto Star, “Czech Roma seek safe heaven”, 12 de Junho de 2009; e em www.parentcentral.ca “Roma children perplex local educators”, 28 de novembro de 2009.

14 Agradeço à Julianna Beaudoin pelas dicas e conversas durante o período em que fomos colegas no Departamento de Antropologia da UWO, ambas sob a orientação de Randa Farah.

alguns dos pesquisadores e estudantes interessados no RCC são associados a ele, como a antropóloga Julianna Beaudoin e a produtora cultural Caitlin McIlveen. Elas são formalmente associadas ao RCC e, portanto, votam em seus encontros. Vale observar que pesquisadores, ativistas, advogados e escritores ligados ao RCC contribuem para a construção de uma narrativa política sobre os ciganos. Quais são os elementos dessa narrativa? Quais as implicações do discurso do RCC para o pedido de refúgio? Considerando que o processo de refúgio pode ser entendido como uma arena na qual diferentes níveis de agência, poder e identidade são negociados e performatizados, exploro abaixo a identidade cigana construída pelo RCC e sua relação com o processo de refúgio.

Não fale *Gypsy*, nós somos *Roma*: o RCC e a construção da identidade *Roma* no Canadá

Aqui pretendo explorar duas questões relacionadas à construção de uma identidade cigana pelo RCC. Primeiro, o uso da categoria Roma em detrimento do termo *Gypsy*; segundo, a afirmação de que os ciganos são vítimas do genocídio nazista e perseguidos, na atualidade, por grupos nacionalistas como neonazistas. Ao explorar essas questões, analisa-se dois importantes elementos na codificação que molda e define a identidade cigana para o RCC: o papel de vítima dos ciganos frente a um histórico de perseguição e a forma como devem ser classificados, isto é, através do termo Roma¹⁵.

O que é Roma? No website do RCC um artigo explica que “Roma is a common plural which includes both male and female members of the Romani people. In the Romani language, Roma is the plural of Rom, which means an adult male member of the group”¹⁶. Roma é o plural de Rom, que significa homens e mulheres do povo Romani. O RCC reivindica o uso da categoria Roma ao invés do termo *Gypsy* (cigano), porque “*Gypsy* conjures up all kinds of stereotypical images of Roma in the minds of viewers and readers. It should be replaced by Roma. *Gypsy* has been applied to the Roma by outsiders and it is

15 Optei em usar a categoria cigano ao invés de roma por dois motivos principais: primeiro porque meus informantes ciganos não se opõem ao uso do termo *Gypsy*; e, segundo, porque considero que, como diz Herzfeld, “a vida social consiste em processos de reificação e essencialização, bem como desafios a estes processos” (1997:26). Em outras palavras, quero dizer que o trabalho do antropólogo fazendo parte da vida social estará necessariamente implicado com processos de essencialização e não posso fugir a esses processos substituindo cigano por roma.

16 “Roma é uma palavra plural que inclui tanto o masculino quanto o feminino do povo romani. Em romani, roma é o plural de rom, que significa o membro homem e adulto do grupo”.

offensive to many Roma just like Indian is offensive to Canada's Native People”¹⁷. Para o RCC, Gypsy é uma categoria inadequada, porque é “de fora”, ofensiva e marcada por imagens estereotipadas (como nômades, ladrões, mentirosos etc), sendo, portanto, “politicamente incorreta”¹⁸. Nesse sentido, justifica-se, para o RCC, o uso da categoria Roma, que não é associada a estereótipos, sendo uma palavra nativa, da língua romani. Usar a palavra Roma ao invés de Gypsy significa adotar a categoria correta, como diz o website do RCC: “We have been erroneously defined by outsiders. Now we must correctly define ourselves”¹⁹.

No discurso público do RCC, Gypsy é uma categoria equivocada e ofensiva, causando desconforto quando os associados usam o termo Gypsy. Durante o encontro anual do RCC, observei que não é consenso entre os ciganos que vivem em Toronto a ideia de que Gypsy seja ofensivo. Ciganos do Kosovo, por exemplo, se sentem ofendidos pelo fato do termo Gypsy ser considerado inadequado, pois é desta forma que eles se referem a si mesmos²⁰. Eles, no entanto, acabam usando o termo Roma quando estão no RCC, porque na associação prevalece o discurso de seus diretores. Existe uma narrativa política que orienta e regula o discurso do RCC e que aparece nos artigos do escritor Ronald Lee, honorary chair e um dos fundadores do RCC. Ronald Lee é filho de ciganos ingleses que chegaram ao Canadá na década de 1930. Desde 1960, Ronald Lee é ativista. Na década de 1970, ele ofereceu apoio a refugiados dos países do antigo Bloco Comunista no Canadá e, a partir de 1990, com a chegada de mais ciganos no país, Ronald Lee passa a dar suporte ao RCC.

Na minha perspectiva, Ronald Lee situa-se como o “intelectual orgânico” do RCC. Os artigos de Ronald Lee estão no website da associação como fonte para esclarecimentos e informações sobre os ciganos²¹. Esses artigos oferecem definições e assinalam

17 “Cigano envolve toda sorte de imagens estereotipadas que fazem parte do imaginário de leitores e espectadores. Cigano deve ser modificado por roma. Cigano tem sido imputado por não roma e isso é ofensivo para muitos roma como a palavra índio é ofensiva para os nativos do Canadá”.

18 Existe uma preocupação bastante difundida no meio acadêmico, no IRB e nas organizações não governamentais em se usar um vocabulário “politicamente correto”. Por exemplo, falar Roma ao invés de Gypsy; não usar a expressão terceiro mundo, mas países desenvolvidos; não falar gordo, usar o termo acima do peso. Vale observar que o uso desse vocabulário e de uma “agenda politicamente correta” pode ser um interessante instrumento de controle do discurso do outro.

19 “Estamos sendo erroneamente definidos por pessoas de fora. Agora nós devemos corretamente nos definir”.

20 Paul Polansky observa que os ciganos do Kosovo preferem ser chamados de Gypsy ao invés de Roma, porque a palavra Gypsy salvou muitos ciganos de serem mortos. Por causa disso, muitos sentem orgulho do termo (2006:59).

21 Ver <http://www.romatoronto.org/>

denominadores culturais comuns que dão conteúdo a identidade Roma, que faz parte do discurso público do RCC. Por exemplo, abaixo cito três componentes relevantes na construção da identidade Roma com base nos artigos de Ronald Lee. Primeiro, em “The origins of the Roma” define-se uma origem comum aos ciganos: “the people who later became Roma originated in Northwest India and were part of the Rajput Confederacy in what was then called Gurjara”²². Segundo, em “Defining Roma and discussing Romani issues: a guide for journalists”, define-se que “Roma are members of the human race. Anthropologically, they are Caucasian and the Romani language belongs to the Indo-Aryan family of languages”²³. Ainda neste artigo, Ronald Lee observa que a categoria Gypsy deve ser evitada, assim como a referência aos ciganos como um grupo colorido, mágico e nômade. Por fim, o terceiro exemplo se refere a um dos componentes mais importantes na construção da identidade Roma pelo RCC, isto é, seu histórico de perseguição. Em “The Roma as victims of genocide”, afirma-se o papel de vítima dos ciganos durante o genocídio nazista e, em outros textos, explora-se a vulnerabilidade dos ciganos frente à atuação de grupos nazistas em países do Leste Europeu²⁴.

“Roma from all the occupied countries of Europe were rounded up and like the Jews, shipped to death camps in eastern Europe. Estimates of the number of Roma exterminated by the Nazis and in the puppet states and allies of Germany range from a bare minimum of 500,000 based on existing Nazi records, to well over a million based on research that is currently ongoing to establish the full extent of the Porayimos or the Devouring - as it is called in Romani”²⁵.

A referência ao Holocausto - Porayimos em romani e Shoah em hebraico – tem um papel importante no discurso público do RCC²⁶. A atuação de grupos nazistas perseguindo

22 “O povo que mais tarde se tornou roma originou-se no noroeste da Índia e fazia parte da Confederação Rajput no que era então chamado de Gurjara”.

23 “Roma são membros da raça humana. Antropologicamente, eles são caucasianos e a língua romani pertence à família das línguas indo-arianas”.

24 As narrativas produzidas por Ronald Lee fazem parte do programa de curso que o RCC oferece para escolas e universidades canadenses sobre “história, cultura e língua dos Roma”. Esse programa é implementado, por exemplo, em escolas que recebem um número alto de refugiados ciganos, como a Queen Victoria Public School em Parkdal, Toronto.

25 “Roma de todos os países ocupados da Europa foram levados e, como os judeus, enviados para a morte em campos no Leste Europeu. Estima-se que o número de roma exterminados por nazistas em países fantoches e aliados da Alemanha a partir de um mínimo de 500.000, com base em registros nazistas existentes; e para bem mais de um milhão com base na pesquisa em curso para estabelecer a extensão completa do Porayimos ou o Devorando – como é chamado em romani”.

26 Sobre o genocídio dos ciganos durante a Segunda Guerra Mundial, ver Auzias 2004.

ciganos, desde o começo do século XX até os dias de hoje, é um tópico bastante explorado pelo RCC. Os artigos de Ronald Lee, mas também de R Clair e Julianna Beaudoin, constroem uma narrativa política na qual os ciganos são vítimas do Holocausto e de neonazistas (Lee, 2000; St. Clair 2007). Devo dizer que a construção de uma narrativa pelo RCC, definindo, por exemplo, a língua Romani como a língua dos ciganos, a Índia como lugar de origem e o histórico de perseguição, focalizando o Holocausto, se relaciona diretamente ao processo de codificação da identidade Roma por ativistas que fazem parte de uma rede transnacional. Tais definições para a identidade Roma são encontradas na literatura produzida por ativistas em vários países, como podemos observar em relação ao Holocausto:

“The greatest tragedy to befall the European Romani population was the attempt to eradicate it as part of the Nazis' plan to have a 'Gypys-free' Europe. Although it wasn't the first governmental plan to exterminate Romanies (German Emperor Karl VI had previously issued such an order in 1721), it was by far the most devastating, ultimately destroying over half of the Romani population in Nazi-occupied Europe. Romanies were the only other population besides the Jews who were targeted for extermination on racial/ethnic grounds in the Final Solution” (Hancock 2002:34)

O autor do trecho citado acima é Ian Hancock, cigano inglês e professor da Universidade do Texas, nos Estados Unidos. Hancock é um ativista empenhado na construção de uma memória dos ciganos como vítimas do Holocausto, tendo atuado, por exemplo: como membro do comitê formador, em 1987, pelo estado do Texas para desenvolvimento de um modelo de currículo sobre “Genocide and Human Rights/Holocaust Studies”, para ser adotado pelo sistema escolar no Texas; como special Advisor on Gypsy-related Holocaust Affairs to Elie Wiesel, U.S. Holocaust Memorial Council, em Washington nos anos de 1985 e 1987; e como board Member, Foundation for the Remembrance of the Holocaust through the Performing Arts, Inc., entre 1986 e 1988. Nas narrativas produzidas pelo RCC, Ian Hancock é uma referência importante, sendo bastante citado. A propósito, Ian Hancock é provavelmente o ativista cigano mais citado na literatura de referência para as redes de ativismo transnacional²⁷. Redes que durante o “First World Romani Congress”, em

²⁷ As redes de ativismo cigano começam a se formar publicamente e com pretensões internacionais na década de 1960, em Paris, com a

1971, organizado em Londres pelo World Council of Churches e governo da Índia, definem a bandeira dos ciganos, assim como os elementos culturais e sociais considerados como constitutivos da identidade Roma. Entre esses elementos, estão aqueles que aparecem na codificação da identidade cigana pelo RCC, a exemplo do Holocausto.

Nesse sentido, o discurso de Ronald Lee se articula e dialoga com as narrativas produzidas por outros ativistas, como Ian Hancock, no Estados Unidos, Jorge Bernal, na Argentina, e Thomas Acton, na Inglaterra. Vale observar que ativistas na França, Argentina e Brasil me recomendaram entrevistar Ronald Lee, quando disse que viajaria para o Canadá. Por exemplo, Eugene Hutz, músico e ativista ucraniano, mas que vive nos Estados Unidos desde 1992, foi categórico ao afirmar que, no Canadá, Ronald Lee é uma referência importante para a cultura cigana. Eugene Hutz comentou ainda sobre os cursos na Universidade de Toronto, os artigos e o dicionário de romani que Ronald Lee escreveu.

No contexto das redes de ativismo transnacional observo que o histórico de perseguição ocupa um papel central no discurso público dos agentes políticos, para usar a expressão de Fredrik Barth (2005). No RCC, além da produção literária sobre o Holocausto, atividades como palestras, debates, exposições e entrevistas são organizadas. Por exemplo, no último semestre, a atual diretora executiva do RCC Gina Csanyi participou de três eventos ligados ao holocausto. Gina Csanyi entrevistou uma sobrevivente húngara do holocausto; foi palestrante durante o 30 Annual Holocaust Education Week, ligado ao Sarah and Chaim Neuberger Holocaust Education Centre²⁸; e conseguiu a inclusão dos ciganos como vítimas do holocausto na exposição sobre o holocausto no Canadian Museum for Human Rights – Forced Migration and Holocaust, em Toronto.

O RCC constrói uma narrativa política para os ciganos marcada por um histórico de vitimização, especialmente frente aos grupos nacionalistas que afirmam a supremacia da raça branca. A conexão entre o nazismo durante o período de Hitler e a atuação de grupos

“Communaauté Mondiale Gitane” (World Gypsy Community, CMG). A CMG foi fundada por Vajda Voivode, membro da elite cigana húngara que atrai a atenção da mídia por promover sua auto-coroação, bem como a criação de um território Romani chamado de Romanestan. O projeto de um Romanestan parece ter atraído adeptos apenas entre um grupo muito pequeno da elite cigana na Hungria. Sobre a internacionalização e articulações de um movimento cigano no mundo, ver Fischer 2011.

²⁸ Em sua palestra Gina Csanyi realçou os paralelos entre o Holocausto e o contexto de perseguição aos ciganos atualmente na Europa. Vale observar que Gina Csanyi nasceu no Canadá e é filha de ciganos húngaros que imigraram durante a Revolução na Hungria em 1956.

neonazistas na atualidade também estrutura o discurso público do RCC. Observei que o RCC procura realçar que a violência de grupos nacionalistas que agridem os ciganos na Europa se relaciona diretamente à perseguição nazista de Hitler. Essa associação entre o holocausto (ou Hitler) e a perseguição nos dias de hoje é comum no discurso dos membros do RCC e estrutura sua narrativa política. Por exemplo, em entrevista, R Clair observa,

“recently, a new group, calling itself the National Guard and celebrating Hitler's birthday, stages marches and beats up anyone with a dark skin whom they encounter, shouting, "The Czech Republic is for whites!" This group is an offshoot of the Magyar Guard from Hungary” (...) “I had an old lady come into my office from Hungary and when I wrote the refugee claim, it turned out not that much happened to her, you know in comparison to most other Roma. And so I asked her ‘why are you coming?’ And she said ‘it looks like Hitler’s coming back.’”²⁹

Ao lado de seu esforço para que o histórico de perseguição faça parte da representação pública da identidade Roma no Canadá, o RCC procura mostrar que a atuação de grupos de “extrema direita branca” conta com a conivência dos estados, que, em muitos casos, são governados por partidos nacionalistas que negligenciam os ciganos e suas demandas sociais, por considerá-los cidadãos de segunda categoria. Por exemplo, em entrevista, R Clair observa que a polícia não investiga e ignora as reclamações dos ciganos quando perseguidos por grupos anti-ciganos:

“The family went to the police (...). They had molotov cocktails throw into their house and were beaten up a few times went to the police. Their complaints to the local police were ignored, while a brother of the man was badly beaten up while in police custody”. “Roma are attacked all the time. They tell me that even pregnant women get attacked-kicked in stomach while they were pregnant. Police say if you can't name the attackers, we can't help you. Seven or eight different women have told me this type of story. This is in the Czech

²⁹ “Recentemente, um novo grupo chamado National Guard comemora o aniversário de Hitler, marcha e espanca qualquer pessoa com a pele escura que eles encontram, gritando 'A República Checa é para os brancos!' Este grupo é um desdobramento da Guarda Magyar da Hungria (...). Eu tive uma senhora no meu escritório que veio da Hungria e quando escrevi seu pedido de refúgio, constatei que não tinha acontecido muita coisa com ela, em comparação com a maioria dos casos com outros roma. Então perguntei 'por que você veio ao Canadá? E ela respondeu 'Isso parece que Hitler está voltando'”.

Ver também http://www.torontosun.com/comment/columnists/moira_macdonald/2010/02/26/13046761.html

Republic. The police are not willing to investigate”³⁰.

A construção da identidade Roma, tal como observa-se no contexto do RCC, - vítimas da perseguição nazista e sem direitos de cidadania nos seus países - justifica a posição dos ciganos como refugiados no Canadá. Considerando que o refugiado é “uma pessoa que deixa seu país por causa do medo fundamentado de perseguição” (IRB 2009), a narrativa linear de perseguição nazista legitima o refúgio. A referência ao nazismo, e principalmente ao Holocausto, deve ainda ser considerada levando em se conta o valor simbólico do Holocausto no contexto canadense. Como observa Katia Lerner, o lugar que o termo “Holocausto” passou a adquirir no contexto norte-americano também pode ser compreendido a partir da mudança de estatuto que a idéia de “vítima” teve nas últimas décadas. Peter Novick aponta como a condição de “injustiçados” adquiriu força e valorização social, transformando a vítima em uma espécie de “anti-herói”, possibilitando-lhe ganhos de diferentes naturezas, como prestígio, recursos e assim por diante: “o historiador Charles Maier, de Harvard, talvez com algum exagero, descreveu a moderna política americana como “uma competição de enaltecimento de dores. Cada grupo reivindica sua parcela de honra pública e de fundos públicos, ao pressionar com suas incapacidades e injustiças” (Novick 2000:8; Lerner 2004:138).

A identidade pública de um povo perseguido, vítima do Holocausto, e sem assistência de seus governantes justifica a posição dos ciganos como refugiados, tornando importante a produção de narrativas que afirmem sua vitimização. Abaixo exploro a narrativa política do RCC e a narrativa que se opõe a ela no contexto do processo de refúgio, focalizando o hearing de I Skapik.

Vítimas ou espertos: a produção de narrativas nos *hearings* do IRB

Antes do IRB, as políticas de imigração e refúgio no Canadá eram da competência do Minister of Employment and Immigration Canada (EIC), agindo sob o conselho de um

³⁰ “Roma são atacados o tempo inteiro. Eles me falam que mesmo mulheres grávidas são atacadas e espancadas nas barrigas. A polícia diz que se você não tem o nome dos agressores, eles não podem ajudá-lo. Sete ou oito mulheres me contaram esse mesmo tipo de história. Isso é a República Checa. A polícia não está disposta a investigar”.

corpo consultivo do Refugee Status Advisory Committee (IRB 2009). A seleção de refugiados era feita ad-hoc, através de documentos e sem uma audiência com os reclamantes (Lacroix 2004:150). Essa forma de se conduzir o processo de refúgio mudou depois de reclamações, como a de Harbhajan Singh. Entre 1977 e 1980, Singh e outros seis Sikhs reivindicaram status de refugiado no Canadá, mas tiveram seus pedidos negados pelo EIC. Singh então apelou à Suprema Corte, que considerou seu pedido de refúgio fundamentado. O caso “Singh v. Minister of Employment and Immigration”, de 1985, é apontado como um divisor de águas em relação à reestruturação do processo de determinação de refúgio no país (Butler 2009; Lacroix 2004). A partir desse caso, o IEC cria um tribunal independente - IRB - para julgar os pedidos de refúgio e os refugiados passam a ter direito a uma audiência oral com os juízes – o hearing³¹.

O processo de refúgio no Canadá pode envolver vários passos dependendo das circunstâncias dos casos, mas três passos são indispensáveis: primeiro, comunicar sua intenção às autoridades do país; preencher um formulário, anexando a documentação exigida; e apresentar-se para uma audiência oral com o juiz. Os hearings são definidos como um processo “non-adversarial” (Rousseau et al. 2002:44), no qual o reclamante apresenta as provas e o discurso que justificam o seu refúgio. Durante o trabalho de campo, observei que embora a audiência tenha sido estabelecida como um direito do refugiado, os meus informantes ciganos falam dos hearings como um julgamento no qual são percebidos como réus. Eles não apenas consideram que estão sendo julgados, mas que a justiça canadense sempre questionará seus argumentos, ainda que as chances em se conseguir refúgio no Canadá sejam muito superiores a outros países, como Inglaterra, Alemanha e Áustria (Guy 2003:67). De fato, nas audiências que assisti, observei que o juiz confrontava duramente os argumentos e informações apresentados por quem solicitava o refúgio e que seu comportamento contrastava com a polidez das instituições canadense. Abaixo, passo a descrever a audiência de I Skapik, focalizando o uso da narrativa política do RCC.

I Skapik nasceu em 1982, na cidade de Ostrava, na República Checa. Em 2008, ele

³¹ A audiência se tornou obrigatória porque no julgamento do caso “Singh v. EIC”, a juíza Bertha Wilson considerou que os reclamantes a refúgio deveriam ter sido ouvidos para que o caso fosse analisado com justiça e não aceitou a alegação do IEC de que a realização de audiências para os refugiados era muito oneroso para o estado. Desse modo, o hearing tornou-se um direito dos reclamantes a refúgio no Canadá e uma das etapas do processo de refúgio.

chega ao Canadá e em 27 dias apresenta seu pedido individual de refúgio (no limite do prazo considerado apropriado), alegando ser perseguido por grupos de skinheads e neonazistas em sua cidade. Como em todos os hearings, a audiência de I Skapik aconteceu em uma sala do IRB, aberta ao público, ainda que nada possa ser registrado através da escrita ou gravação eletrônica. Na sala do hearing, a bandeira nacional e um símbolo das forças armadas do Canadá estão atrás do juiz sentado em frente a uma mesa grande de madeira. O counsel do reclamante fica à esquerda do juiz e o reclamante à direita, ao lado do tradutor, todos de frente para o juiz e de costas para o público (que pode ser formado por testemunhas e membros da família). A audiência de I Skapik começou com a leitura da lista de presença dos envolvidos diretamente no caso. Depois disso, o juiz pediu para que o reclamante apresentasse sua história e justificasse seu pedido de refúgio.

Atendendo ao juiz, I Skapik apresentou sua justificativa, dividida em três partes. Primeiro, ele falou sobre sua infância no orfanato, onde viveu por 13 anos, porque seus pais não tinham condições de criá-lo. Ele contou que sua família não encontra emprego na República Checa, porque são identificados como ciganos, por causa da cor escura de sua pele. De acordo com I Skapik, os ciganos são preteridos no mercado de trabalho de forma aberta pela população branca. Depois disso, I Skapik contou três histórias detalhadas de agressões que ele e seus familiares sofreram. Ele falou sobre os agressores, membros de grupos de skinheads e neonazistas, as dores e lesões e o péssimo atendimento que encontrou no hospital. Por fim, I Skapik descreveu o sentimento de insegurança que vivencia em sua cidade, realçando o crescimento de grupos nazistas que, por exemplo, durante o aniversário de Hitler marcham pela cidade. O discurso de I Skapik foi muito bem estruturado, contendo frases diretas. Por exemplo, ele disse “eu sinto um grande medo em voltar para a República Checa porque já fui agredido e tenho certeza de que serei novamente pelos skinheads”; “a polícia não prende os agressores porque não gosta dos ciganos”.

O discurso de I Skapik foi contestado e satirizado de várias maneiras pelo juiz. Vou citar três exemplos. Primeiro, quando I Skapik disse que sua família não conseguia arrumar emprego, o juiz perguntou se eles recebiam auxílio do governo, comentando que “as pessoas gostam de ficar desempregadas para viver às custas do estado”. Segundo, o juiz confrontou o

relato escrito por I Skapik em seu PIF e o relato oral apresentado. No relato escrito, I Skapik dizia ter sido atacado em torno de 20 vezes, mas no relato oral disse ter perdido a conta de quantas vezes tinha sido espancado. O juiz insistiu na contradição entre os relatos várias vezes, questionando o por que de I Skapik ter alterado sua informação. As diferenças entre as narrativas textual e oral apresentadas ocuparam boa parte do hearing. Por fim, o juiz ainda questionou o fato de I Skapik ter somente três registros de agressões sofridas, dizendo: “o reclamante diz ter sido agredido várias vezes, mas por que foi ao hospital e à polícia apenas três vezes? Se você é atacado por um grupo de skinhead, você precisa ir ao hospital. Três vezes é muito pouco”.

Ainda que seu relato tenha sido interrompido várias vezes pelo juiz e que este tenha feito perguntas de forma sarcástica, indicando sua profunda desconfiança em relação ao que era dito, I Skapik respondia ao juiz de forma muito organizada, repetindo frases de efeito como “eu sou uma vítima do ódio racial dos skinheads”; “eu tenho muito medo de ser morto, porque tenho a pele escura, e eles sabem que eu sou cigano”. Na minha opinião, I Skapik, ainda que nervoso, parecia ignorar a “agressividade” do juiz que chegou a bater na mesa dizendo que “não era possível que um país membro da União Européia, como a República Checa, pudesse ser tão inseguro”. Neste momento, R Clair, counsel de I Skapik, entrevistou afirmando que os relatórios da Anistia Internacional, Cruz Vermelha e Human Rights Watch atestavam a violência racial contra os ciganos no país. Ao fim da audiência, pensei que ela tivesse sido desastrosa para I Skapik por dois motivos principais. Primeiro, porque ele foi muito interrogado e, segundo, pelos comentários do juiz. Entretanto, minha opinião contrastava com as opiniões do tradutor L Sarissky e do counsel R Clair. Para eles, I Skapik teve um bom desempenho frente à conduta padrão do juiz. Conversando sobre o que chamei de comportamento inquisitorial do juiz, o tradutor e o counsel me explicaram que ele agiu corretamente, porque a presunção da inocência não se aplica a quem pede refúgio no Canadá. Portanto, nada impede que o juiz mostre sua suspeição, assim como suspenda as regras da polidez³² que regulam a interação social em outras esferas da sociedade, cabendo ao reclamante fornecer as provas de que o seu caso se aplica à Convenção das Nações

32 Autores que criticam o processo de refúgio, observam que “breaking the rules of politeness in a hearing is a legal error and can have catastrophic consequences psychologically if the frightened claimant becomes increasingly confused” (Rousseau et al. 2002:66).

Unidas de 1951 ou do Immigration and Refugee Protection Act (IRPA) para o status de refugiado.

Vale lembrar que assim como a definição do IRPA, a Convenção das Nações Unidas de 1951 (incluindo suas ratificações) define refugiado como quem “devido a fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país”. Considerando essa definição, o processo de determinação de refúgio não pode ser considerado apenas do seu ponto de vista técnico. Ele envolve de qualquer maneira uma mediação social cujos termos dependem do tipo de relação estabelecida com o estado de acolhida e de quais categorias são agenciadas pelas instituições para enquadrar estes sujeitos segundo diferentes sensibilidades jurídicas (Geertz 2000; Kant de Lima 2010). Nesse sentido, o processo de refúgio pode ser entendido como um campo onde diferentes níveis de agência, poder e identidade são negociados e performatizados. Durante o hearing de I Skapik observei que se, por um lado, existe uma narrativa política que atesta a vitimização dos ciganos, por outro lado, existe uma narrativa de suspeição que descreve os ciganos como aproveitadores da humanitária política canadense ou, simplesmente, como refugiados econômicos. Dois exemplos dessa narrativa serão explorados agora.

Narrativas contestadas 1: refugiados econômicos/ aproveitadores

Não existe uma definição jurídica para a categoria refugiado econômico no Canadá, mas ela aparece no discurso de representantes do estado para descrever sujeitos que solicitam refúgio por razões econômicas, quer dizer, pessoas que estão em busca de emprego e/ou benefícios no país de imigração. Na perspectiva do ministro do Minister of Citizenship, Immigration and Multiculturalism Jason Kenney e de Stephane Lefebvre, do Department of Solicitor General of Canada, o refugiado econômico não é um refugiado legítimo, pois o motivo pelo qual ele pede refúgio não se relaciona a um fundamentado medo de perseguição (Lefebvre 2003:319)³³. Para Stephane Lefebvre e Jason Kenney, os ciganos não são

³³ Em uma perspectiva distinta, Héliou Povoá diz que “a “nova categoria de “refugiado ambiental” e a novíssima de “refugiado econômico” (ambas de utilização não consensual) associam-se ao entendimento já estabelecido de refugiado *stricto sensu*, estendendo a

refugiados genuínos, porque suas motivações são econômicas e, além disso, vivem em países democráticos e seguros.

No texto “Roma and the Czech-Canadian visa issue”, Stephane Lefebvre explica porque os ciganos são refugiados econômicos. Citando o relatório encomendado pelo governo canadense para avaliar os motivos pelos quais os ciganos deixam a República Checa, Lefebvre observa que os ciganos enfrentam sérios problemas de discriminação racial e, por isso, 90% estão desempregados no país. Para Lefebvre, a razão pela qual os ciganos deixam a República Checa é econômica e, para dar um exemplo que fundamenta sua opinião, ele cita o caso da chegada de um grupo de 17 ciganos no aeroporto de Toronto que deixou o Canadá em 24 horas ao saber que não teria auxílio financeiro imediato ao seu desembarque: “several newcomers did come solely for economic motives. In one glaring example, in August 1997 a group of 17 Roma departed Toronto Pearson International Airport within 24 hours without asking for refugee status; they were disappointed at not having received financial handouts and homes immediately upon arrival” (Lefebvre 2003:319).

Existem vários artigos na imprensa canadense abordando a chegada de ciganos no Canadá reclamando refúgio³⁴. Em muitos artigos encontrei declarações do ministro Jason Kenney afirmando a condição não genuína de refúgio dos ciganos por serem oriundos de países democráticos. Para o ministro Kenney, sendo um país reconhecidamente democrático e membro da União Européia, ele não pode produzir refugiados. O ministro afirma que os casos de violência e perseguição aos ciganos na República Checa, por exemplo, podem ser resolvidos pelo país que conta com departamentos especializados para tratar da questão, como o Ministério dos Direitos Humanos. Durante encontro da União Européia, quando interrogado sobre o reconhecimento pelo estado canadense de que os ciganos são perseguidos por grupos nacionalistas na Europa, o ministro Kenney respondeu que discorda da política do IRB, que atua independente do Minister of Citizenship, Immigration and Multiculturalism: “The beliefs and conclusions reached by government officials contrast markedly with those of the IRB, which had granted refugee status to most Roma claimants.

concepção do deslocamento forçado para além da esfera tradicionalmente aceita do político” (2007:5).

³⁴ Vale observar que apesar do alto número de notícias, os ciganos representam apenas 7,5% do total anual de 20.000 refugiados no Canadá (Kernerman 2003).

This is an interesting paradox that goes beyond the visa issue between Canada and the Czech Republic and which is deserving of further exploration” (Lefebvre 2003:320).

O reconhecimento dos ciganos como refugiados em países democráticos causa claro desconforto para o governo da República Checa, país recém-chegado à União Européia. Durante encontros com governos europeus, o ministro Kenney procurou explicar que o descompasso entre a sua opinião e os altos índices de aceitação dos pedidos de refúgio de ciganos da República Checa e Hungria pelo IRB tem a ver com a política independente do IRB e o fato dos ciganos estarem se aproveitando da política canadense. Para Kenney, “the statistics are distorted, indicating that a number of Czech claimants only abuse Canada's asylum”³⁵ (Taylor 2000). Considerando que os ciganos não são refugiados, Stephane Lefebvre e o ministro Kenney defendem que medidas sejam adotadas para reduzir o número de pedidos de refúgio junto ao IRB, como a reimposição de visto de entrada para cidadãos da República Checa, que havia sido suspenso pouco tempo atrás. Como não pode intervir na política do IRB, o ministro Kenney recorreu a essa medida, que implicou na expressiva diminuição dos pedidos. Em 1997, com a retirada da exigência de visto, houve um total de 1,509 pedidos de refúgio da República Checa. Depois da reimposição do visto, em 1998, houveram 53 pedidos e 60 em 1999. De fato, a reintrodução do visto é apontada como uma eficaz medida para a diminuição dos pedidos (Kenerman 2008). Para Stephanie Lefebvre, a medida adotada pelo ministro Kenney foi necessária porque os ciganos estavam se aproveitando da facilidade da política canadense: “Canada is the easiest country in the world for an immigrant to gain ‘convention refugee’ status. It is also the easiest country in the world for a failed refugee applicant to gain permanent-resident status”. A reimposição do visto aparece, portanto, como uma resposta ao número exagerado de pedidos de refúgio. Em declaração à imprensa, o ministro Kenney sustenta sua decisão, dizendo: “I cannot tolerate a situation where they see people simply getting a plane ticket, arriving here, saying the magic word ‘refugee’, getting quasi-landed status, getting a work permit and/or welfare benefits. That is an insult to the millions of people who aspire to come to Canada legally³⁶” (Caparini

35 A chegada dos ciganos no Canadá é construída na mídia como um problema. Em certos artigos a declaração acima destacada de Kenney é amplamente reproduzida. Ver, por exemplo, “Canada flooded with Czech refugee claims”, “Gypsy refugees pose risk, Canadian police say” e “Hostel officials warn of overload with Gypsy influx”.

36 “Eu não posso tolerar uma situação onde se vê pessoas simplesmente obtendo uma passagem aérea, chegando aqui e dizendo a palavra mágica ‘refugiado’, recebendo status, ganhando uma autorização de trabalho e/ou benefícios sociais. Isso é um insulto para milhões de pessoas que aspiram vir para o Canadá legalmente”.

2010:15).

Narrativas contestadas 2: Espertos/ aproveitadores

Em entrevista, o tradutor do IRB defendeu a atuação rigorosa do juiz durante a audiência de I Skapik. Para o tradutor, o juiz agiu com a rigidez necessária, questionando toda a narrativa apresentada, porque as pessoas se aproveitam da política de refúgio canadense. O tradutor comentou que sendo I Skapik esperto e inteligente, o juiz deveria realmente questioná-lo e exigir provas ainda mais concretas. Quando perguntei sobre a dificuldade em se conseguir provas (que atestem perseguição étnica e racial na República Checa), o tradutor disse que embora fosse verdade que policiais e médicos checos não registrassem os casos, os ciganos são realmente espertos e muitos estão se aproveitando do Canadá. O tradutor disse ainda que, baseado na sua experiência com ciganos na República Checa, poderia afirmar que eles são espertos e inteligentes, exigindo do IRB atenção especial na análise de seus pedidos.

Explorando essa ideia de que os ciganos são espertos, o tradutor deu dois exemplos de esperteza cigana. Primeiro, o fato dos ciganos terem ido para o Canadá em grande número assim que foi retirada a exigência de visto para os nacionais da República Checa. O tradutor observa que, em pouco tempo, muitos ciganos conseguiram status de refugiado no Canadá, porque eles foram rápidos e o governo devagar. Até o momento em que o ministro tomou alguma atitude para restringir a chegada de mais ciganos, eles já tinham chegado em um bom número. Segundo, para o tradutor, os ciganos são espertos porque aprenderam a lidar com o sistema canadense rapidamente, em especial com as audiências. Na visão do tradutor, ao apresentarem um discurso compatível com a narrativa política do RCC, os ciganos correspondem as expectativas do IRB para a definição de refugiado. Quer dizer, a narrativa de vitimização dos ciganos, construída pelo RCC, pode ser considerada perfeita no que se refere à justificação de refúgio. Na opinião do tradutor, muitos ciganos merecem o status de refugiado, mas outros estão apenas repetindo a mesma história de sucesso. Em relação a isso, vale destacar que Barsky observa que a audiência com o juiz pode ser vista como uma avaliação da capacidade do requerente para construir uma imagem apropriada de refugiado,

isto é, que corresponda as expectativas de quem toma as decisões. Como resultado, os requerentes que são mais capazes de navegar e compreender as expectativas do país de acolhimento tendem a produzir uma imagem de "refugiado" de sucesso, enquanto outros cuja narrativa e apresentação de si não se encaixam em tais expectativas podem ser mal interpretados e rejeitados (Barsky 1994).

A referência aos ciganos como espertos e possíveis aproveitadores do sistema canadense pode ser observada no discurso da mídia, de funcionários e representantes do estado. Esse discurso estrutura uma narrativa na qual os ciganos não são vistos como vítimas, mas aproveitadores da política canadense. Existe uma polarização no que se refere ao discurso público em relação aos ciganos. Uma polarização que é conveniente, pois se eles são vítimas, cabe ao Canadá como um país comprometido com os direitos humanos protegê-los. Mas se eles são aproveitadores, possíveis criminosos, o governo canadense deve restringir seu acesso ao país cuja missão é proteger vítimas verdadeiras (Lefebvre 2003). Para Herzfeld, “polarities are useful for sorting out issues. But, like all classificatory devices, they can also become a substitute for thinking: they get essentialized, turned into fact” (1997:211).

Os jornais são um bom exemplo para observar esse binarismo (vítimas ou criminosos) e sua materialização. Sem querer estabelecer uma narrativa linear, observo que, quando os pedidos de refúgio tinham uma boa taxa de aceitação pelo IRB (acima de 80% para ciganos de vários países europeus, como Eslováquia e República Checa), a narrativa de perseguição e vitimização era reconhecida ou, ao menos, não tão questionada. Até mesmo nos jornais que costumam explorar o estereótipo dos ciganos como criminosos, eles eram descritos como vítimas da perseguição de grupos neonazistas. Vítimas que estavam encontrando proteção e refúgio no Canadá, um país reconhecido por ser uma nação multicultural com políticas premiadas de abrigo e proteção aos perseguidos³⁷. Muitos jornais passaram inclusive a adotar a categoria Roma para se referir aos ciganos, atendendo a recomendação do RCC, e da política multicultural canadense (Butler 2009).

³⁷ O Canadá é reconhecido como um país com progressivo e “forward-thinking social programs” e está entre os melhores países do mundo no que se refere aos índices de qualidade de vida, educação e saúde (UN Human Development Report 2006).

Entretanto, quando o ministro Jason Kenney passou a desqualificar a narrativa política de vitimização, recorrendo a velhos estereótipos em relação aos ciganos, como pessoas não confiáveis e criminosos, a narrativa de suspeição ganhou força. Citando o ministro Kenney, os jornais passam a explorar a possibilidade do Canadá ao invés de proteger vítimas, importar criminosos. Por exemplo, a prisão de um jovem casal romeno que reclamava status de refugiado foi amplamente mencionada por políticos, como Jason Kenney, e noticiada pela imprensa: “Gypsies 'just want to go home' Two self-proclaimed Romanian Gypsies jailed for swarming thefts in Calgary showed no intention of becoming legitimate refugees and will today be deported from Canada, according to a federal immigration ruling”³⁸. Vale observar que o discurso de suspeição e o uso de estereótipos em relação aos refugiados no Canadá não se limita aos ciganos, incluindo outras minorias étnicas e nacionais como tamis e mexicanos. No caso dos ciganos, as consequências do estereótipo se materializaram através de medidas políticas, como, por exemplo, a determinação de que os pedidos de refúgio de nacionais da República Checa devem ser condicionados a uma análise da ficha criminal dos reclamantes junto ao estado checo.

Como observa Herzfeld, estereótipos representam uma forma de se “fazer coisas com palavras” e possuem consequências materiais. Mas quem usa o estereótipo e quando se usa? Essas são perguntas que devem ser feitas para não se esvaziar as possibilidades analíticas do estereótipo (Herzfeld 1995:203). Nesse sentido, é interessante observar que o ministro Jason Kenney usa o estereótipo para justificar medidas que visam restringir o acesso ao país de uma determinada minoria étnica. Em resposta à narrativa de vitimização do RCC, o ministro Kenney argumenta que os canadenses podem estar sendo ameaçados por sua própria generosidade. Querendo proteger vítimas, estão importando criminosos. Por isso, Kenney diz ter se visto obrigado a adotar certas medidas, como a exigência da análise criminal dos cidadãos da República Checa. De acordo com Kernerman, essa foi a primeira vez que o governo do Canadá decide analisar relatórios de antecedentes criminais de solicitantes de refúgio junto aos seus países: “Canada's Department of Citizenship and Immigration depicted the Czech Roma as a threat to Canadian law and order, imposing blanket criminal checks on them. Such checks have since become routine, post-9/11, although they were

³⁸ Ver <http://www.praguepost.com>

unprecedented at the time. In justifying the need for the criminal checks, CIC officials reinforced and deepened some of the most prevalent negative stereotypes about the Roma” (Kenerman 2008:239). Por fim, realço que sendo o Canadá um país especialmente preocupado em enfatizar seus valores liberais e humanitários, parte de um projeto mais amplo de nação multicultural (Kenerman 2008:232), o reconhecimento dos ciganos como aproveitadores e possíveis criminosos justifica, na perspectiva do ministro Kenney, a necessidade de medidas que restrinjam o seu acesso ao país (Lefebvre 2003), sem comprometer a representação internacional do Canadá como um lugar de refúgio e proteção aos perseguidos.

Considerações finais: codificação política e afirmação da diferença

Os dados da pesquisa de campo com refugiados ciganos que conheci através do RCC, mas que não estão envolvidos nas codificações identitárias, confrontam o discurso polarizado das narrativas políticas exploradas acima. Em outras palavras, os refugiados ciganos problematizam o binarismo vítima e criminoso, bem como a ideia dos ciganos como um grupo. Concluindo o artigo, passo então a explorar, primeiro, de que maneira o discurso dos ciganos, que estão fora da esfera pública, ultrapassa a fronteira entre as narrativas de vitimização e suspeição, e, segundo, por que os ciganos rejeitam a ideia de que representam um grupo. Acredito que a problematização dessas questões mostrará que os processos e os elementos usados na construção das identidades ciganas variam enormemente de acordo com os contextos nos quais se encontram indivíduos e relações de poder.

Os refugiados ciganos, que foram meus informantes mais importantes, vivem em Toronto, têm entre 25 e 35 anos, quase a maioria deles é de classe média e são filhos de trabalhadores especializados do antigo Bloco comunista. Com educação formal e, em geral, experiência de vida em países da Europa Ocidental, como Inglaterra, Alemanha e Austria, onde estudaram e/ou trabalharam, eles falam inglês e, em alguns casos, também outras línguas. Esses informantes não se envolvem com os processos de codificação da identidade cigana, mas quando questionados sobre os elementos usados na construção da identidade Roma pelo RCC e sua narrativa política, não deixam de apresentar seu ponto de vista. Mas

de que maneira o discurso dos refugiados ciganos rompe com o binarismo vítima e aproveitador?

Como vimos, o discurso de I Skapik em sua audiência foi estruturado de acordo com a narrativa de vitimização do RCC. M mencionou o Holocausto e disse ter deixado seu país, por causa do ódio racial e perseguição dos skinheads. Mas durante as entrevistas, M estrutura seu discurso de outra forma. Longe da narrativa de vitimização, ele critica a inclusão dos ciganos como vítimas do Holocausto e afirma que deixou a República Checa em busca de anonimato, oportunidade de trabalho e benefícios. Como I Skapik observou,

“I never heard anything about Holocaust. So why to talk about that? I know Roma were killed in the Second World War, but it isn't our business” (...) “I left Ostrava because nothing happened there. That is such a problem, because there is no jobs or opportunities in Czech Republic (...) I lived in London, where there are people from all world (...) But there is no welfare there, nothing nothing.”³⁹”

O depoimento de I Skapik se contrapõe ao discurso de vitimização do RCC. Fora da audiência, I Skapik não se mostra como uma vítima, realçando insistentemente sua capacidade de agência. Durante o trabalho de campo, observei que ele se apresenta como alguém que quer prosperar e em busca de novas oportunidades. Para I Skapik, o melhor exemplo de que ele está procurando oportunidades é o fato de ter morado em Praga, capital de seu país, mas também em Kassel, na Alemanha, e em Londres, na Inglaterra. De todos esses países, foi na Inglaterra, onde I Skapik diz ter encontrado melhores oportunidades de trabalho, bem como aceitação social, apesar de sua pele escura. Na Inglaterra, I Skapik diz que era confundido com pessoas da América Latina, inclusive com brasileiros. I Skapik gostaria de ter continuado no país mas teve seu pedido de refúgio e renovação de visto negados, motivo pelo qual foi para o Canadá. I Skapik lamenta não ter conseguido se manter na Inglaterra, porque, assim como em Toronto, ele conseguiu se empregar facilmente em Londres, melhorando de posição no trabalho de acordo com o desenvolvimento de seu nível

³⁹“Eu nunca ouvi nada sobre o Holocausto. Então por que falar sobre isso? Eu sei que roma foram mortos na Segunda Guerra Mundial, mas isso não é problema meu (...) Eu deixei Ostrava porque nada acontece lá. Isso é um problema, porque não existem empregos ou oportunidades na República Checa (...) Eu morei em Londres, onde tem pessoas de todo o mundo (...) Mas lá não tem benefícios, nada nada”.

de inglês e habilidades adquiridas.

O discurso de I Skapik enfatiza que o anonimato encontrada em cidades multiculturais como Londres e Toronto permite a ele encontrar trabalho, diferentemente de sua situação na República Checa e Alemanha. Querendo melhorar de vida, ele diz que precisa viver em uma sociedade desenvolvida e rica. Por isso, quando seus pedidos de visto e refúgio foram negados na Inglaterra, decidiu seguir seu ímpeto de viver em um país moderno e rico e decidiu se “aventurar” no Canadá, sem mencionar que sua aventura era muito bem estruturada e amparada por sua tia materna e primos que já viviam no país desde 1997. Além de conhecidos de sua cidade, Ostrava, I Skapik tem familiares no Canadá, que conseguiram se tornar refugiados, moradores permanentes e, por fim, cidadãos canadenses. Sendo a maioria desses familiares, assim como I Skapik, indivíduos cujos pedidos de refúgio foram negados na Inglaterra.

Para I Skapik, seu pedido de refúgio foi aprovado no Canadá graças à sua habilidade retórica e não porque ele é uma vítima do ódio nazista sem a proteção de seu estado. I Skapik não vê a aprovação de seu status de refugiado como o reconhecimento de sua condição de vítima, mas como o resultado de sua capacidade em driblar o sistema canadense. Quando questionado sobre a importância que me parecem terem tido os registros policiais e laudos médicos apresentados durante o processo de refúgio, I Skapik diz não ter dúvidas de que o mais importante foi a sua performance, atenuando inclusive a seriedade das agressões. Se durante a audiência, I Skapik apresenta um discurso passivo e de sofrimento, já comentando em público, durante um jantar com a família e amigos, o mesmo caso de ataque de um grupo de skinhead, ele inverte sua posição de vítima argumentando que ele se tornou alvo dos skinheads porque brigar com ele é um grande desafio. Afirmando sua superioridade frente aos skinheads e auto elogiando a sua força física, I Skapik disse que alguns skinheads que ele conhece há muito tempo, querem brigar com ele porque reconhecem sua reputação de forte e brigão. Depois de superestimar sua força e habilidade, I Skapik acabou provocando a ironia de seus primos que contaram para mim que, depois das brigas, I Skapik levou muitos pontos, quebrou algumas costelas, um braço e ficou com a cara inchada por semanas. Nessa mesma direção, a história triste do orfanato que I Skapik conta durante a

audiência se transforma em estratégia conscientemente adotada pela sua família para que ele e seus irmãos tivessem acesso à educação e alimentação, sem que seus pais precisassem trabalhar nas atividades subalternas que lhes eram oferecidas. Segundo I Skapik explicou, durante o comunismo, quem vivesse em sua cidade e utilizasse certos benefícios do estado, era obrigado a se dispor a trabalhar como empregado em companhias estatais. Por isso, os pais preferiram optar em não ter acesso ao benefício e mandar os filhos todos os dias para o orfanato.

Se por um lado, I Skapik se opõe à narrativa de vitimização, por outro lado, ele questiona o discurso de suspeição do ministro Jason Kenney. Como vimos, de acordo com o ministro, os ciganos de países como República Checa e Hungria não podem ser considerados refugiados por viverem sob regimes democráticos. No entanto, para I Skapik, é exatamente com o processo de democratização que a situação de violência contra os ciganos começa a se ampliar e a se tornar mais séria. Segundo sua interpretação, com a democracia, o sentimento anti-cigano passou a ser manipulado e incentivado por políticos e governantes. Para I Skapik, o sucesso eleitoral de partidos que excluem os ciganos de seus projetos nacionais, tem legitimado não apenas a publicização de opiniões contrárias aos ciganos, mas também a violência contra eles. Assim como I Skapik, outros refugiados ciganos da República Checa argumentam que a maioria dos partidos nacionais não os reconhece como checos e que isto é uma condição para qualquer partido que procura mobilizar o nacionalismo checo. Em outras palavras, faz parte da maioria dos projetos nacionais na República Checa a concepção de que os ciganos não são checos e que ser checo significa muito mais do que falar a língua checa e ter nascido na República Checa. Como argumenta Ladislav Holy,

“anyone thought that those Gypsies or Jews who were born in the Czech lands, and who sometimes spoke only Czech, were Czechs, and most people asserted quite strongly that 'someone who speaks Czech is not necessarily a Czech: a Czech-speaking gypsy is not a Czech'. Many people spoke of 'Czech gypsies' or 'Czech Jews', but particularly as far as gypsies were concerned they vehemently denied the possibility that they could become Czechs: 'A gypsy will always remain a gypsy' was a phrase Holy heard many times. Some argued that national identity was 'in one's blood' and that 'gypsies cannot change their blood',

but most suggested that gypsies or jews could never become Czechs⁴⁰” (Holy 1996:64-65).

Essa posição de estrangeiro foi rejeitada pelos refugiados ciganos durante o trabalho de campo. Discordando desse nacionalismo étnico, os ciganos argumentaram que são checos, húngaros ou eslovacos porque nasceram no país e compartilham a língua e cultura nacional. Eles afirmam que compartilham a cultura boemia, magyar e eslováquia, ainda que a maioria dos nacionalismos na região reservem a eles uma posição intersticial (estrangeiro, hóspede). Mas, enquanto o discurso dos refugiados procura mostrar que eles possuem muitas coisas em comum com seus países de origem, o discurso de políticos e governantes realça insistentemente diferenças entre checos e ciganos. Como argumenta o antropólogo Fredrik Barth, “as identidades étnicas são tentadoras para os agentes políticos que “vêm nelas uma base política potencial, por assim dizer, a sua espera, sendo que tudo que eles precisam é achar uma chave para colocar o sistema em movimento. Os líderes procuram essas bases e as mobilizam, fazendo com as diferenças culturais contrastivas fiquem mais salientes, preferencialmente relacionando-as com ressentimentos e injustiças” (2005:25-26). Dessa forma, partidos como o Jobbik na Hungria atribuem a elementos constitutivos da cultura cigana (definidos por eles, é claro), a responsabilidade pelo aumento da violência e, de maneira geral, pela deterioração moral do país no contexto pós-comunismo (Brearley 2001).

Vale observar que a crítica à democracia, como o momento a partir do qual rivalidades étnicas são mobilizadas no jogo político, não vem acompanhada de um sentimento nostálgico em relação ao comunismo. A maioria dos meus informantes possui uma visão crítica tanto da democracia quanto do comunismo. Mas eles notam que a emergência de um discurso anti-cigano tem a ver com a oportunidade política criada pela democracia. Como argumenta Fredrik Barth, “sistemas mais democráticos de governo podem oferecer um campo mais amplo de rivalidades que pode levar a mobilizações e movimentos étnicos (...) Esses sistemas oferecem um campo aberto para rivalidades e liderança política e, caso exista

40 “Ninguém pensava que aqueles ciganos ou judeus que nasceram em terras checas, e que falava somente checo, eram checos, e a maioria das pessoas afirmou fortemente que 'alguém que fala checo não é necessariamente checo: um cigano de língua checa não é um checo'. Muitas pessoas falavam dos 'ciganos checos' ou 'judeus checos', mas particularmente na medida em que os ciganos estavam preocupados, foi veementemente negada a possibilidade deles se tornarem checos: 'um cigano permanecerá sempre um cigano', foi uma frase ouvida muitas vezes. Alguns argumentaram que a identidade nacional era 'um sangue' e que 'ciganos não podem mudar seu sangue', mas a maioria sugeriu que ciganos e judeus nunca vão se tornar checos”.

essa base de contrastes étnicos em termos de identidade que possa ser trabalhada, seguramente alguém irá usá-la” (2005:28).

Por fim, gostaria de observar que o discurso de I Skapik, assim como da maioria dos refugiados que conheci, se contrapõe ao discurso de suspeição sem a menor preocupação em estabelecer uma narrativa concorrente. Os refugiados ciganos não querem produzir um discurso público sobre os ciganos. Para certos autores, essa recusa à participação na esfera pública tem a ver com falta de consciência política e/ou medo de se expor por causa do estigma, dando a entender que os ciganos ainda estão se desenvolvendo politicamente (Butler 2009; Vermeersch 2003). Considero, entretanto, que essa interpretação não se aplica ao meu contexto etnográfico. Muitos ciganos refugiados não querem participar dos processos de construção identitária baseados em uma posição consciente e que se relaciona à afirmação de sua diferença. Eles não acreditam e não querem formar um grupo com indivíduos com os quais não tem identificação. Para além dos estereótipos que compartilham, muitos ciganos não possuem absolutamente nada em comum e, por isso, a associação política ou social não faz sentido. Nesse sentido, observo que existe uma tensão entre o processo de codificação da identidade cigana e a reivindicação de particularismos étnicos⁴¹. Em outras palavras, falta identificação para além do fato de serem classificados da mesma forma pelo estado nação, como observa Kymlicka (2000).

Nesse sentido, por que participar do processo de construção de uma identidade comum? Por que aceitar e contribuir para a produção de uma narrativa de vitimização? A opção em se tornar uma vítima do Holocausto para inverter o estigma de pessoas não confiáveis, possíveis criminosos, não é um projeto identitário que tenha mobilizado os ciganos no Canadá. Enfim, o IRB, a política contemporânea de proteção aos injustiçados, bem como as declarações do ministro Kenneys acusando os ciganos de aproveitadores, demandam uma codificação da identidade cigana, mas é preciso observar que uma resposta à essencialização do estado, também essencializa. Como observa Herzfeld, “On minority questions they must negotiate between competing essentialism because, as we have seen, the

41 Sobre o papel dos agentes religiosos na codificação cultural que serviu de base para a delimitação da identidade étnica dos curdos, ver Pinto 1995.

essentialism of the nation state may provoke massive outbreaks of essentializing in response” (1997:212).

Referências bibliográficas

Auzias, C. Samudaripen: Le Genocide des Tsigane. Paris: L'Éspirit Frappeur, 2004.

Barsky, R. F. Constructing a Productive Other: Discourse Theory and the Convention Refugee Hearing. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1994.

Brearley, M. 'The persecution of Gypsies in Europe', American Behavioural Scientist, 45(4), 2001, pp. 588-99.

Barth, F. Etnicidade e o conceito de cultura. Antropolítica, n. 19, 2005. p. 15-30.

Butler, J. Contested histories and identities: Romani refugees in Toronto. Tese de doutorado. University of Western Ontario, Anthropology Department, 2009. p.142.

Caparini, M. "State Protection of the Czech Roma and the Canadian Refugee System." CEPS Liberty and Security in Europe. (Centre for European Policy Studies), 2010.

Fischer, A. Between Nation and State: examining the International Romani Unions. Senior Projects Spring 2011. Paper 12. http://digitalcommons.bard.edu/senproj_s2011/12

Geertz, C. O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

Guy, W. "No Soft Touch": Romani Migration to the U.K. at the Turn of the Twenty-first Century, Nationalities Papers, 31:1, 63-79, 2003.

Hancock, I. We are the Romani people. Hatfield: University of Hertfordshire Press, 2002.

Herzfeld, M. Cultural Intimacy: Social Poetics in the Nation-State. New York/London: Routledge, 1997.

Holy, L. The little Czech and the great Czech nation: national identity and the post-communist social transformation. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

Kant de Lima, R. Sensibilidades jurídicas, saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do direito brasileiro em uma perspectiva comparada. Anuário antropológico, Rio de Janeiro, v. 2, 2010, pp. 25-51.

Kenerman, G. Refugee interdiction before heaven's gate. *Government and Opposition*, Vol. 43, No. 2, pp. 230–248, 2008.

Kymlicka, W. 'Nation-building and minority rights: comparing West and East' *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 26, no. 2, 200. p. 183–212.

Lacroix, M. Canadian Refugee Policy and the Social Construction of the Refugee Claimant Subjectivity: Understanding Refugeeeness. *Journal of Refugee Studies* 17(2):147-166, 2004.

Lee, R. "Post-Communism Romani Migration to Canada," *Cambridge Review of International Affairs*, vol. XIII, N.2, Spring/Summer 2000. p. 51-70.

Lefebvre, S. Recent research Roma and the Czech-Canadian Visa Issue, 1998-9. *Contemporary Politics*, Volume 9, Number 3, September 2003.

Lerner, K. *Holocausto, memória e identidade social: a experiência da Fundação Shoah*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro - PPGSA/UFRJ, 2004. 375p.

Novick, P. *The Holocaust in American life*. Boston, New York: First Mariner Books, 2000.

Polansky, P. Using oral histories and customs of the Kosovo Roma as a guide to their origins. In: *Gypsies and the problem of identities: contextual, constructed and contested*. Adrian Marsh & Elin Strand (org.) I.B. Tauris/Swedish Research – Istanbul, August 2006.

Pinto, P. G. H. *Etnicidade e nacionalismo religioso entre os curdos da Síria*. *Antropolítica*, n. 1 (2sem.95). Niterói: EdUFF, 1995.

Póvoa Neto, H. Rejeitar, sinalizar, conter: as barreiras físicas à mobilidade como dispositivos de política migratória. In: *31º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)*, Caxambu. Home Page do 31º Encontro Anual da ANPOCS, 2007.

Rousseau et al. The complexity of Determining Refugeehood: a multidisciplinary analysis of the Decision-making Process of the Canadian Immigration and Refugee Board. *Journal of Refugee Studies* Vol. 15, N. 1 2002. p. 43-70.

St. Clair, P. Migration of Hungarian Roma to Canada (and back). Paper apresentado durante a Conferência "Forced Migration: Human Rights Challenges". Canadian Association for Refugee and Forced Migration Studies, 2007.

Taylor, L. Czech Roma seek safe heaven. *The Toronto Star*. June 12, 2009.

UN Human Development Report 2006.

Singh v. Canada (Minister of Employment and Immigration) [1985] 1 S.C.R. 177.

Vermeersch, P. Ethnic minority identity and movement politics: the case of the Roma in the Czech Republic and Slovakia. *Ethnic and Racial Studies*. Vol. 26. n. 5, September 2003. pp. 879-901.